

Contribuições para desconstrução de legados coloniais em museus paulistanos: novas práticas em acervos e em exposições temporárias no Museu de Arte de São Paulo (MASP) e Pinacoteca de São Paulo ¹

Eneida de Almeida

Universidade São Judas Tadeu (USJT), São Paulo, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0002-9216-3581>

E-mail: prof.eneida@usjt.br

Gêgela Santos Penarotti de Lima

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo – Universidade São Judas Tadeu (USJT),

São Paulo, São Paulo

Bolsista – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-9718-0033>

E-mail: gegela.lima@gmail.com

Resumo: Este artigo adota como tema os desafios enfrentados por duas instituições museais paulistanas relacionados à reflexão sobre a desconstrução do legado colonial nos processos de constituição de seus acervos, na organização de exposições e criação de novas políticas institucionais. A fundamentação teórica apoia-se nas seguintes contribuições: no pensamento de Aníbal Quijano sobre modernidade, colonização e descolonização; na insurgência de Achille Mbembe contra o novo racismo ligado ao capitalismo global, em favor de uma reparação histórica – aos quais se apensa o aporte interseccional feminista de Lélia Gonzales e Maria Lugones –, e na problematização do papel da memória nas instituições museais, segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. O cruzamento dessas reflexões conforma as bases de interpretação para as análises das ações feitas na Pinacoteca do Estado de São Paulo e no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), tendo em vista uma apreciação, ainda que parcial, das transformações produzidas pelas novas práticas na estrutura organizacional das instituições.

Palavras-chave: Pensamento decolonial; Museus; Instituições culturais; Políticas culturais; Inclusão.

Contributions to the deconstruction of colonial legacies in São Paulo museums: new practices in collections and temporary exhibitions at Museum of Art of São Paulo (MASP) and Pinacoteca de São Paulo

Abstract: The theme of this article is the challenges faced by two São Paulo Museum institutions in reflecting on the deconstruction of the colonial legacy in the processes of building up their collections, organizing exhibitions and creating new institutional policies. The theoretical basis is based on the following contributions: Aníbal Quijano's thinking on modernity, colonization, and decolonization; Achille Mbembe's insurgency against the new racism linked to global capitalism, in favor of historical reparation - to which is added the intersectional feminist contribution of Lélia Gonzales and Maria Lugones - and the problematization of the role of memory in museum institutions, according to Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. The intersection of these reflections forms the basis of interpretation for the analysis of the actions taken at the Pinacoteca do Estado de São Paulo and the Assis Chateaubriand Museum of Art of São Paulo (MASP), with a view to an appreciation, albeit

partial, of the transformations produced by the new practices in the organizational structure of the institutions.

Keywords: Decolonial thinking; Museum; Cultural institutions; Cultural policies; Inclusion.

Texto recebido em: 23/10/2023

Texto aprovado em: 25/06/2024

Introdução

Repensar a herança cultural enquanto desdobramento de uma discussão acerca das visões eurocêtricas presentes na origem e na trajetória dos museus, tornou-se questão central em diversas instituições culturais, algo como um despertar coletivo no sentido de questionar, pensar criticamente e revisar as ações e seus acervos.

Este estudo parte da reflexão de Quijano (2005), como entendimento da construção de um pensamento crítico à colonização feita nas Américas, e seus reflexos em termos de segregação social, ao se estabelecer uma relação desigual entre colonizado e colonizador, envolvendo as questões de raça e de classe social, baseadas na exploração pelas formas de controle do trabalho. O texto tem continuidade com as discussões de Mbembe (2018) sobre a dimensão da racialização persistente no mundo global contemporâneo e prossegue com reflexões de Gonzales e Lugones, e a inserção de aportes interseccionais feministas. Na tentativa de compreender as transformações do papel do museu e de suas relações com as noções de memória e identidade, Meneses (2006) completa o quadro de referências de fundamentação teórica que dá suporte à apreciação das ações realizadas nos últimos anos na Pinacoteca do Estado de São Paulo e no Museu de Arte de São Paulo - MASP.

De início, convém salientar que as atividades recentes dessas instituições têm refletido um posicionamento favorável a novos olhares, com vistas a desconstruir o pensamento colonizador, promovendo assim possibilidades de encontro às questões urgentes de identidade, raça e classe social, que foram sistematicamente escamoteadas durante o processo histórico, como se não houvesse representatividade cabível nos modelos institucionais tradicionais, colocando à margem parte da população.

A construção do relato estrutura-se em quatro partes principais: 1) inicia-se com os questionamentos mais gerais sobre os processos de dominação e exploração do período colonial, e a persistência dessas lógicas na atualidade, mobilizando conceitos e posturas em favor de uma revisão teórica comprometida com o pensamento decolonial; 2) prossegue com a sobreposição de mais uma camada de reflexão sobre políticas de reparação da ordem da modernidade, aproximando feminismo e racismo, sob um enfoque interseccional, isto é, considerando as discussões de classe, raça e gênero como fenômenos entrelaçados que afetam as identidades individuais e coletivas construídas socialmente; 3) aborda o cruzamento desses temas mais abrangentes com as questões de memória e identidade; 4) passa a examinar como os temas da dominação colonial e da memória são assimilados e reelaborados nas ações promovidas nas instituições culturais selecionadas para análise.

Na fase atual, a pesquisa apoia-se em uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, reunindo autores de reconhecida relevância por constituir um embasamento teórico relacionado tanto com a discussão crítica do legado colonial, quanto com os seus reflexos em debates acerca da memória social e da identidade cultural promovidos nos espaços dos museus, como mencionado acima. Em uma próxima etapa, os procedimentos metodológicos, de natureza qualitativa e participativa, ampliarão a análise dos programas culturais e de exposições de curta duração realizados em tempos recentes – selecionados como evidências da repercussão do tema e de sua representatividade dentro das instituições adotadas como objeto de estudo –, e serão complementados por entrevistas com as equipes que compõem os setores educativos, no sentido de reunir elementos para discutir sobre iniciativas que colaborem com caminhos possíveis para a desconstrução do legado colonial, e seus desdobramentos junto ao público.

Processos de reformulação de discursos relacionados à noção de modernidade atrelada à dominação colonial

Tida como uma questão relevante na contemporaneidade, a revisão dos discursos consolidados ao longo dos séculos, calcados na experiência da dominação colonial – e que persistem na racionalidade eurocêntrica ainda vigente –, permite um reencontro com a cultura e identidade local, um resgate das raízes que

simbolizam o legado de povos e nações. Sob essa ótica evidencia-se a importância da revisão crítica envolvendo acervos e atividades dos museus, tais como aquisições, pesquisas, curadorias, comunicação e educação com o público, para que se possa estabelecer diálogos mais abrangentes e inclusivos com a sociedade.

Dentre os autores que enfrentam o debate da dominação colonial, (Quijano, 2005) a contextualiza frente ao processo de globalização em curso, identificando-o como o ápice de um percurso que teve início com a colonização da América, promovido pelo capitalismo colonial/moderno, centrado “na pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade” (Quijano, 2005, p. 123).

A América constitui-se como o primeiro espaço / tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço / tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 5).

O autor assinala dois eixos fundamentais desse modelo: o primeiro refere-se ao conceito de “raça”, que estabelece uma distinção entre conquistadores e conquistados, legitimando a dominação pela superioridade dos primeiros; o segundo recorre às formas históricas de controle do trabalho, dos recursos de que se dispõe e das relações de produção e consumo, que giram ao redor do capital e do mercado mundial. A combinação desses dois eixos estruturantes, reconhecidos como raça e divisão do trabalho, determina uma relação de dependência associada a uma estrutura de servidão, que atravessa os séculos e se encontra, ainda hoje, presente na reconfiguração das novas identidades sociais, com reflexo nas políticas culturais. Desta feita, esclarece Quijano,

todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminavam também articulados numa só ordem cultural global em

torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Não há como desconsiderar que esse tortuoso percurso tenha deixado marcas profundas nas perspectivas cognitivas dos modos de construir sentidos, vinculados à produção material, alimentando o imaginário individual e coletivo no processo de reconhecimento e valorização da própria produção cultural. Essa consciência impõe a discussão acerca da descolonização² da sociedade e da cultura, como forma de superar os traços do passado que ainda repercutem nas assimetrias do presente, abrindo a possibilidade de conduzir esse debate aos museus e às suas políticas educativas e culturais.

O pensamento de Achille Mbembe, em *Crítica da razão negra* (2018), também contribui para fortalecer a ideia de descolonização em uma dimensão sociopolítica e cultural. Propõe examinar o momento contemporâneo, manifestando a preocupação com um novo racismo engendrado em escala global pelas políticas neoliberais, e ressaltando a importância das discussões sobre as noções de “negro” e “raça” enquanto sinônimos que continuam a habitar o imaginário do norte global, associado à lógica do lucro e à política da força.

Mbembe indica três momentos da história em que a raça esteve na origem de várias catástrofes humanitárias: o primeiro, do século XV ao XIX, quando o tráfico de escravos transformou homens e mulheres originários da África em homens-objeto, homem-mercadoria; o segundo tem início no fim do século XVIII, quando, por meio de seus próprios escritos, os negros criam uma linguagem própria reivindicando o estatuto de sujeitos plenos, um momento marcado por inúmeras revoltas, tais como a Independência do Haiti, em 1804, as lutas pela abolição do tráfico, a descolonização africana e pelos direitos civis nos Estados Unidos, todos esses momentos culminando com o desmantelamento do Apartheid nos anos finais do século XX; o terceiro, no início do século XXI, em meio à globalização dos mercados, sob o domínio do neoliberalismo, da economia financeira, e das tecnologias digitais, inaugura o período em que o homem antes explorado pelo capital, é “relegado a uma humanidade supérflua”, sob o rótulo de “empreendedor de si mesmo”, convertido em “sujeito do mercado e da dívida, (...) produto do acaso” (Mbembe, 2019, p. 15-16).

Em sua releitura histórica, Mbembe classifica a “modernidade” como um projeto europeu de expansão ilimitada implantado nos últimos anos do século XVIII, exercido fora de suas fronteiras e sobre pessoas com as quais julga não ter nada em comum, restringindo a ideia de “civilização” à própria Europa. Sinaliza, assim, a contradição de que as ideias modernas de liberdade, igualdade e democracia sejam historicamente inseparáveis da escravidão. Do mesmo modo, indica que o surgimento do sujeito racial correspondeu à mola propulsora do capitalismo, autorizando, por um lado, a violação ilimitada e toda forma de interdito e, por outro, a abolição de qualquer distinção entre os meios e os fins, adotando-se os “subsídios raciais” para explorar os recursos do planeta.

Sob esse prisma, defende que o mundo somente escapará da extinção se a humanidade tiver a consciência de que deve se reconstruir por meio da constituição de “reservas de vida”. Assim, a condição indispensável para que dar curso à história seria inverter o seu próprio curso, isto é, a partir do avesso da história, pela via da reparação, fazendo com que

o desejo de vida se transforme em pedra de toque de um novo pensamento da política e da cultura. (...) Nessas condições, por mais que se ergam fronteiras, muros e enclaves, que se divida, classifique, hierarquize, que se busque subtrair da humanidade aqueles e aquelas que foram rebaixados, que continuam a ser desprezados, (...) existe um só mundo e todos temos nossa parcela nele. Este mundo nos pertence a todos igualmente e todos somos coerdeiros, mesmo se as maneiras de o habitar não sejam as mesmas – e é justamente daí que vem a real pluralidade das culturas e das maneiras de viver (Mbembe, 2018, p. 312-313).

Ainda de acordo com Mbembe, a prática colonial associa-se à lógica das raças, do lucro e às forças políticas, ressalta que a complexidade e a heterogeneidade da questão colonial dificilmente serão explicadas em sua totalidade, variando seu significado de acordo com as experiências praticadas em cada país, e tendo o seu significante racial como representação de uma estrutura primordial e até constitutiva do que viria se tornar o projeto imperial.

Nesse aspecto, afirma que na contemporaneidade já não há trabalhadores propriamente ditos, mas sim nômades do trabalho, pessoas flutuando em atividades sem se fixar em nenhuma delas. Se ontem, o drama do indivíduo era a exploração que sofria pelo capital, atualmente as questões giram em torno de fazer parte de uma multidão e ainda assim não poder ser explorada como um todo, sendo

objeto de constante humilhação em uma sociedade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital.

Sendo assim, a condição de reparação do embrutecimento e da degradação imposta pela ordem da modernidade, segundo Mbembe, coincide, portanto, com a perspectiva de que os mundos euro-americanos deixem de ser o centro de gravidade. Nesse sentido, o autor abre-se também à discussão a respeito da identidade, entendida como pertencimento mútuo (copertencimento) a um mesmo mundo.

Aspectos simbólicos das relações entre racismo e feminismo

Essa discussão centrada nos processos históricos de dominação e exploração do período colonial é examinada na reflexão de Gonzales (2020), uma voz importante no ambiente cultural latino-americano, por uma lente que evidencia o entrelaçamento entre o racismo e o feminismo. Trata-se de uma visão interseccional, ou seja, enfrenta as discussões de raça, classe e gênero como fenômenos interconectados que afetam as identidades individuais e coletivas construídas socialmente no interior de múltiplos sistemas de poder, acrescentando mais uma camada à reflexão de Mbembe, e ampliando a análise de Quijano. Ao explorar o conceito de capitalismo patriarcal, ou patriarcado capitalista, Gonzales ilumina os aspectos materiais e simbólicos da opressão dirigida às mulheres. Entrecruzando feminismo e racismo, enfatiza as bases de um sistema patriarcal racista, cuja discriminação deve ser combatida em duas frentes: seja nas situações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, que tenham como fundamento a aceitação tácita da hierarquia entre brancos e negros, seja naquelas que se baseiam na aceitação da hierarquia entre homens e mulheres.

Dentro desse contexto, a reflexão de Gonzales (2020) colabora para o questionamento das políticas de memórias na medida em que sinaliza que o mito da democracia racial se apoiou, no transcorrer dos séculos, na cordialidade erótica das relações entre o colonizador português e a negra escravizada. Assim, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei não passa ainda hoje de uma condição meramente formal, uma vez que o racismo mantém os negros na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à ideologia do branqueamento, que reproduz e perpetua o senso comum de que as

classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais, ou no mínimo aqueles que prevalecem nas relações cotidianas.

A contribuição de Lugones aproxima-se à de Gonzales – ambas presentes na publicação organizada por Heloísa Hollanda (2020) – no enfrentamento da intersecção entre colonialidade e gênero, apontando que, embora os historiadores tenham identificado a dicotomia fundadora do sistema colonial na diferenciação entre o humano e o não humano, reservando para o colonizador a classificação de humano, os estudiosos não dão o passo seguinte, essencial, no seu entendimento: afrontar o tema do feminismo decolonial, ou seja, reconhecer o gênero como elemento estruturante da colonialidade.

Essas contribuições recentes do pensamento feminista tinham sido sinalizadas por Hollanda (2018), enfatizando o distanciamento dessas visões de uma ideia de condição feminina universal, que antes se assentava na oposição binária masculino *versus* feminino – mesmo porque masculino e feminino não são categorias absolutas –, para abarcar uma compreensão plural de feminismo baseada em experiências individuais que se desdobram em coletivas. Compreender a individualidade em confronto com a coletividade comporta, segundo Hollanda, questionar padrões convencionais da sociedade que recusam a inclusão das diversidades e pluralidades dos sujeitos que a compõem.

As contribuições das autoras aqui mencionadas não apenas se alinham à discussão inicial proposta por Quijano e Mbembe, mas complementam-na, além de conectarem-se com as proposições de Meneses, expostas a seguir, sobre memória e identidade. A conjunção desses enfoques revela-se como estratégia analítica apropriada para a próxima fase de aproximação às ações culturais institucionais e aos respectivos setores educativos, no exame das ações propostas para ampliar as discussões sociais e éticas, com vistas a qualificar o debate sobre reparação e inclusão social.

A problematização da herança cultural colonial e as questões que entrelaçam memória e identidade

Partindo da premissa do lançamento de um novo olhar para o passado e toda a sua trajetória histórico-cultural, é que se coloca o desafio de discutir acerca de identidades e de sua relação com o combate às desigualdades tão enraizadas em

nossa sociedade. Discutir, assim, a herança colonial em nossas instituições culturais representa uma urgência e um compromisso com a própria função social dos museus, inseridos no ambiente urbano, o que reconecta essa reflexão com o tema da memória, e das relações entre produção material e produção de significados, como propõe Meneses ao enfrentar complexidades e contradições desses processos:

o *boom* da memória a que estamos assistindo é um sintoma, antes, de sua atomização, da inexistência de focos estruturados de convergência e do predomínio cada vez mais acentuado da subjetivação – sintoma, em suma, de uma verdadeira crise da memória, como tem sido detectado em várias frentes. Em paralelo, o direito à cultura cada vez mais se apresenta como direito à diferença – o que é normal e legítimo – mas quase sempre se exacerbando em termos de absoluto relativismo cultural, imune a qualquer crivo ético (Meneses, 2006, p. 48).

Nesse contexto, as contribuições de Meneses, por um lado, problematizam a trajetória das instituições culturais no cenário contemporâneo, por outro, confirmam que identidade e memória são componentes fundamentais da interação social e que, por isso mesmo, não podem estar ausentes dos museus. Ao mesmo tempo em que dão suporte a matrizes de atribuição de sentidos, sem as quais a existência humana corresponderia a um estado permanente de interrogação e angústia, memória e identidade não podem ser consideradas referências meramente positivas, tampouco fenômenos eticamente neutros.

Com base nessa compreensão, um museu educador, considerando a diversidade tipológica das instituições museais contemporâneas, não pode ser um lugar indutor de modelos unívocos. Educar, nesses termos, significa promover a autonomia, e uma orientação por intermédio de valores éticos e pela formação crítica.

Rebatendo o pensamento do culto à memória como a evocação de um passado estático, ou de um lamento romântico, as instituições de arte brasileiras têm, em tempos mais recentes, promovido debates e reflexões que proporcionam novas práticas de memórias, que comportam a reorganização dos acervos, a formulação de novas políticas culturais em sintonia com os desafios propostos pelo pensamento decolonial e pela ótica dos pensamentos feministas interseccionais.

Essas novas práticas proporcionam visibilidade a produções e artistas tradicionalmente excluídos, ou até marginalizados e como forma de traçar um

recorte mais preciso, abordamos as particularidades de como Pinacoteca do Estado de São Paulo e Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) têm enfrentado em tempos recentes o tema da descolonização do pensamento e dos saberes por meio de suas práticas culturais, destacando os pontos de contato com as reflexões aqui expostas. As principais indagações são aqui antecipadas: Quais iniciativas estão sendo propostas para fomentar as discussões? E mais, como tais instituições têm se posicionado diante de tal desafio? Qual contribuição pode ser reconhecida?

A Pinacoteca trilhando caminhos na busca por desconstrução de hegemonias culturais

Com o propósito de promover o protagonismo do pensamento decolonial, a Pinacoteca do Estado de São Paulo tem organizado algumas ações importantes, tanto no seu acervo quanto em exposições temporárias realizadas nos últimos anos.

A artista Grada Kilomba incorpora essas reflexões em uma palestra-performance, intitulada “Descolonizando o conhecimento: uma palestra performance” (2016), expondo criticamente o sistema dominante de produção de conhecimento e sugerindo possibilidade de reconstrução, como será discutido no transcorrer deste texto, ao se tratar das produções culturais da Pinacoteca do Estado.

Uma dessas ações ocorreu em 2019, quando foi promovida a exposição da artista multidisciplinar portuguesa, Grada Kilomba, cuja mostra, *Grada Kilomba: Desobediências Poética*, fomentou o debate acerca da arte colonial.

Antes de enveredar pela exposição da artista nascida em Lisboa, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe, como ela própria declara, convém percorrer, ainda que brevemente, sua obra literária, *Memórias da plantação* (2019), uma compilação de episódios cotidianos de racismo, em que a escrita se apresenta como um ato político: “enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade da minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou” (Kilomba, 2019, p. 28).

A combinação das duas palavras que compõem o título, “memórias” e “plantação”, segundo a autora, “descreve o racismo cotidiano não apenas como

reencarnação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada” (Kilomba, 2019, p. 29).

Em certa passagem do texto, a autora rememora um seminário ministrado em um centro acadêmico de Berlim, em que inicia fazendo perguntas muito simples sobre a colonização alemã em países africanos, o tempo de duração, ou ainda sobre a Conferência de Berlim de 1884-85. Quando passa a perguntar sobre aspectos mais específicos desse período que interessam aos africanos: quem foi a rainha Nzinga? Que papel ela teve nesse processo? Quem foi May Ayim? Kilomba não se surpreende com o silêncio. A ausência de respostas às últimas perguntas permite debater sobre como “os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial”, como salienta a autora. Ao falar de sua atividade acadêmica, relata que frequentemente seu trabalho acerca do racismo cotidiano é qualificado como “interessante, porém não muito científico”, pelo fato de apresentar uma “perspectiva muito subjetiva”. Essa desautorização, ou mesmo desqualificação, é confirmação de que “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e de sabedoria, de ciência e erudição, é também espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (Kilomba, 2019, p. 50-51).

Convém esclarecer que a mostra apresentada pela Pinacoteca de São Paulo em 2019, “Grada Kilomba: Desobediências Poéticas” foi a primeira exposição individual realizada no Brasil em homenagem à obra da artista portuguesa, e trouxe como perspectiva uma abordagem imbuída de forte tom político e comprometido com as perspectivas das narrativas pós-coloniais.

Com curadoria de Jochen Volz e Valéria Piccoli, a exibição possuiu quatro instalações, cada uma apresentada em salas diferentes sendo: Illusions Vol. I, Narcissus and Echo (2017) e Illusions Vol. II, Oedipus (2018), duas videoinstalações em canais nos quais a artista recriou um cenário da tradição africana de contação de histórias para reelaborar aspectos suprimidos do (pós) colonialismo.

Concebida para ocupar o segundo andar no edifício da Pinacoteca, com o propósito de provocar novas interpretações sobre a coleção de arte dos séculos XIX e XX da instituição, e concomitantemente rever a história da arte na tentativa de narrar histórias que permaneceram invisíveis em relatos tradicionais, a mostra representou uma importante ação do museu no sentido de propor uma espécie de restituição do lugar das vozes daqueles que foram silenciados ao longo da história. Posteriormente, a exposição foi transformada em catálogo oficial da coleção do

museu, com a inclusão de um ensaio inédito de Djamila Ribeiro, a obra permanece disponível no acervo da loja, disponível para aquisição do público.

Outra exposição com propósito similar, *Véxoa: Nós sabemos*, foi uma exposição dedicada à produção indígena contemporânea que possuiu a curadoria da pesquisadora indígena Naine Terenaoutra. Abrindo o debate sobre a história da arte que o museu pretende contar, e sobre as produções artísticas que permaneceram invisíveis, contou com a presença de 23 artistas / coletivos de diferentes regiões do país. Foram apresentados objetos, vídeos, pinturas, esculturas, fotografias, instalações e ações realizadas por diversos grupos indígenas. Pela primeira vez, a Pinacoteca incorporou ao seu acervo obras de arte brasileiras produzidas por artistas dos povos originários tais como: *Feitiço para salvar a Raposa Serra do Sol*, de Jaider Esbell, e *Voyeurs, Menu, Luto, Vitrine; O antropólogo moderno já nasceu antigo; e Enfim, Civilização*, de Denilson Baniwa.

Em relação ao seu acervo permanente, a Pinacoteca possui obras significativas da arte brasileira, contudo, sem um número expressivo voltado às discussões inclusivas de representatividade. Até outubro de 2020, a organização expográfica priorizava a historiografia da arte tradicional. O acervo permanente da instituição mantinha-se, em boa parte das suas salas do edifício principal, dividido em seções historiográficas bastante convencionais, seguindo um roteiro linear de periodização da produção artística brasileira: Período Colonial (artistas viajantes e barroco), Primeiro Império (neoclassicismo), Segundo Império (arte do séc. XIX – Romantismo e Realismo), Modernismo e Arte Contemporânea. Além disso, separadamente, eram expostas as Coleções José e Paulina Nemirowsky, e de Roger Wright.

Buscando uma postura pluralista, abrindo-se à diversidade de narrativas artísticas / históricas, como meio de construção de um processo mais democrático, a apresentação do acervo foi reorganizada, dispensando a linearidade seguida pela museografia convencional.

Em 2020, a instituição abandona de fato a narrativa linear e cronológica em favor de um olhar mais crítico, incorporando novas perspectivas expositivas engajadas com o debate decolonial. O novo arranjo museológico do acervo é dividido em núcleos concebidos pelo programa educativo, justamente para reativar a conexão entre o indivíduo, as obras e, conseqüentemente, o acervo. Ao organizá-lo em núcleos pertinentes ao pensamento contemporâneo, a nova expografia visa

possibilitar uma narrativa crítica às noções euro-estadunidenses de conhecimento e suas formas de produção e difusão, concedendo maior visibilidade aos debates enfrentados no cenário cultural nacional sobre diferenças culturais e étnicas, estendendo-os às questões de gênero. Segundo a própria Pinacoteca, há uma tentativa de quebra das narrativas hegemônicas, buscando preencher “vazios” que foram deixados, muitas vezes, à margem dessa construção da história da arte tradicional.

Iniciativas do MASP para promover novos debates

Entre os anos de 2018, 2019 e 2020, o Museu de Arte Assis Chateaubriand de São Paulo - MASP - realizou um conjunto de iniciativas em parceria com o Afterall - Centro de Pesquisa e Publicação da University of the Arts, de Londres, instituto dedicado à arte contemporânea e às histórias das exposições, com intuito de promover debates acerca do tema “Arte e descolonização”. Os eventos contemplaram uma ação conjunta, de longo prazo, que se desdobraram em artigos e publicações referentes aos encontros realizados.

As iniciativas também tiveram como foco a promoção de debates sobre as narrativas oficiais e eurocêntricas, as histórias em torno das práticas consideradas artísticas, advindas de visões totalizantes e unilaterais. Desta forma, a partir das discussões levantadas durante o projeto, foi possível produzir novas leituras e interpretações não somente sobre os acervos e coleções de diversas instituições museais, mas também sobre suas práticas expositivas e publicações.

Na ocasião, os encontros abordaram questões relacionadas ao surgimento de novas práticas artísticas e curatoriais, especialmente as que questionam e criticam explicitamente os legados coloniais na arte, curadoria e produção de crítica de arte, visando assim promover novos debates e pesquisas sobre descolonização, decolonialidade e estudos pós-coloniais.

Brenda Cocotle (2019), no texto de apresentação do programa Arte e descolonização, formulado em parceria entre o MASP e a Afterall, expõe as bases da revisão crítica em que se ancora a proposta. Ressalta a urgência dessa reformulação, especialmente para uma instituição inserida no contexto cultural da América Latina, território em que a identidade cultural permanece ligada à colonização ibérica, cujas marcas persistem nas formas de pensar, nos modos de

produção do conhecimento, e nas práticas culturais contemporâneas, hoje sob a influência totalizante da presença do mercado norte-americano.

Em seu texto, Cocotle esclarece que os museus, enquanto instituições modernas, têm seu fundamento epistêmico e sua própria razão de ser na lógica colonial, seja por estarem vinculados à ideia de Estado-nação e aos concomitantes processos de patrimonialização e de ativação da memória, seja por consolidarem estruturas de poder no âmbito das instituições de arte e cultura.

Essa herança moderna passa a ser questionada na esteira dos debates de revisão crítica do pensamento moderno e da ideia de modernidade, que se intensificam nos anos 1980-90, com a chamada Nova Museologia. A dimensão ético-política que envolve a dinâmica dos museus em suas políticas culturais mais abrangentes, ou ainda em ações mais pontuais de conservação e exposição de seus acervos permanentes, como na organização de exposições temporárias, promoção de debates, cursos, e ações de mediação cultural, são indiscutivelmente atravessadas por múltiplas forças e disputas de poder. Esse entendimento converge com a reflexão do museólogo Mario Chagas (2002, p. 46) acerca da aproximação entre os processos de musealização e de patrimonialização, ao assinalar que a compreensão dos embates permite entender as práticas discursivas que aproximam ou distanciam as coisas dos museus das coisas do patrimônio (e da memória). A dilatação do domínio patrimonial, segundo Chagas, tende a conduzir os museus a uma reorganização dos seus próprios limites, assim como suas práticas de mediação, que passam a se confrontar com as práticas tradicionais, na tentativa de criarem antídotos aos discursos (e práticas) totalizantes, hegemônicos, homogeneizadores. Por mais que se considerem legítimas e promissoras as políticas de diversificação e democratização cultural, são elas mesmas atravessadas por interesses de distinta natureza, por maior ou menor controle social, por disputas de memória e de poder (Chagas, 2002, p. 46).

Voltando a Cocotle, ao discorrer sobre as políticas programadas pelo MASP, a autora ressalta dois enfoques específicos: as questões de identidade e representatividade; as discussões epistêmicas centradas no deslocamento do olhar "do sul para o sul". Nessa perspectiva, sinaliza três principais linhas de debate: a narrativa dos museus nacionais e sua relação com o discurso histórico, a memória e a identidade coletiva; a representatividade cultural das minorias e dos grupos subordinados; a constituição e a gestão dos acervos. Esses questionamentos estão

alinhados com as proposições dos autores mencionados, comprometidos com os nexos entre a história do passado e os dilemas do presente, na medida em que contribuem para o enfrentamento das desigualdades e dos conflitos sociais, frutos das dominações coloniais fundadas nas identidades de raça, gênero e classe.

Novas histórias, personagens e narrativas colaboram para uma reconstrução da autorrepresentação dos sujeitos e grupos sociais, do reconhecimento das múltiplas identidades, de uma história cada vez mais próxima da realidade, transformando nossa memória coletiva em um repertório amplo e democrático. Convém, entretanto, admitir que tal proposta parece ainda tímida para configurar uma adequada revisão ou reparação, em conformidade com as agendas feministas dos diversos segmentos interseccionais aqui reportados pelas posições de Gonzales, Lugones e Kilomba.

Considerações finais: um debate ainda em aberto

Com o propósito de contribuir para a concepção de museus como lugares de construções políticas e culturais, as iniciativas aqui trazidas procuram debater os conceitos de descolonização, associados a várias contribuições ligadas ao pensamento decolonial, como forma de questionar relações pautadas em processos de hegemonia cultural que ainda persistem nas instituições museais. O relato se apoia em indagações de pesquisas em andamento, com base nas reflexões desenvolvidas por pensadores como Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Lélia Gonzales, María Lugones, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Grada Kilomba e Brenda Cocotle, buscando documentar processos que possam colaborar com a reflexão crítica acerca da reconstrução de políticas institucionais comprometidas com novas práticas que tendem a romper os limites entre posições teóricas e políticas, com vistas a confrontar correntes eurocentristas centradas na autoridade e na colonialidade de poderes e saberes.

Se por cultura entendemos uma herança de valores e objetos compartilhada por grupos sociais relativamente coesos, podemos compreender que não há unidade nem uniformidade que possam aglutinar as manifestações materiais e imateriais sob uma única denominação de “cultura brasileira”. O que se coloca em discussão é a ideia de um sistema uno, racional e centralizador, propondo em seu lugar a apreensão de um campo múltiplo, ambivalente, difuso e sensível.

Se, por outro lado, consideramos ainda persistir no presente uma profunda relação de hegemonia e dominação cultural, com origem nos processos históricos de expansão e exploração comercial do período colonial, com reflexos nas formas de pensar, sinalizamos, assim, a urgência de se rever criticamente os legados da cultura colonial, em favor daqueles que até então foram negligenciados. Só assim o museu, além de lugar de produção de políticas culturais, converte-se em lugar de formação de cidadania.

Nesse aspecto, as ações indicadas ao longo do texto, realizadas por instituições como Pinacoteca de SP e MASP, indicam o interesse de tornar esses espaços mais acessíveis e democráticos, propondo mostras que contribuam para promover a ampliação do debate da reparação e da inclusão social.

Nesse contexto, uma das formas pelas quais é possível propor mudanças é por meio da promoção de artistas, curadores e pesquisadores de diferentes origens e tradições, assim como a criação de espaços de diálogo e colaboração intercultural, como os exemplos citados ao longo deste texto, realizados pelas instituições. Outra mudança inspirada no pensamento decolonial e que pode ser posta em prática é a reformulação da relação entre arte e política, buscando expressões artísticas em diálogo com discussões sociais e éticas, refletindo vivências, experiências e perspectivas de grupos silenciados, o que pode, ao menos em tese, levar a uma arte que busca desafiar as estruturas de poder e promover a transformação social.

De todo modo, cabe questionar se as ações são suficientes para promover uma mudança estrutural nas práticas de tais instituições. Será que as propostas refletem um museu modificado, capaz de instituir novas práticas de memórias, aptas a rever e reparar o que vem sendo praticado ao longo de toda a história?

As respostas a tais questionamentos ainda estão em desenvolvimento e construção. Este artigo não tem a pretensão de esgotar as possibilidades, especialmente por constituir parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e, portanto, aberto a colher novos resultados no decorrer do percurso.

Certamente, os desafios relacionados à desconstrução do legado colonial, que se refletem na constituição de seus acervos, organização de exposições, ou ainda na criação de novas políticas institucionais, correspondem a um processo ainda inicial. Por ora, importa ter a consciência de que vivemos um momento de transformação, que requer romper conceitos superados e tornar os espaços culturais locais de construção de novos significados, qualificados para implementar ações que

valorizem questões de identidade, memória e diversidade étnica, numa perspectiva interseccional, abrindo espaço não somente para novos debates, mas também para novas epistemologias.

A continuidade das iniciativas, retroalimentadas pela avaliação dos resultados alcançados, podem constituir bases robustas para perseguir na caminhada de revisão e atualização dos espaços museais, em ressonância com a transformação que amadurece e se consolida além dos muros institucionais.

NOTAS

- ¹. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
- ². O termo “descolonização” é utilizado por Achille Mbembe (2019) para sinalizar experiências de emergência e revolta envolvidas nos processos de descolonização mental do legado europeu, como um combate ao fenômeno do racismo global oriundo de sistemas políticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, M. de S. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC; IBRAM, 2009.

COCOTLE, B. Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea. In: MASP Afterall. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>.

HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural - áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, H. et al. (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006, p. 33-76.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

Eneida de Almeida é Professora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (PPGAUR-USJT). Graduada e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Studio e Restauro de Monumenti pela Università La Sapienza, Roma. Pesquisadora do Instituto Anima e representante suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (IAB-SP) no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRES). Coeditora da revista acadêmica eletrônica arq.urb.

Gêgela Santos Penarotti de Lima é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (PPGAUR-USJT). Pós-graduada em História da Arte, Mestre e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USJT. Pós-graduada em Gestão de Processos Comunicacionais pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP. Graduada em Letras e Secretariado Executivo Bilingue pelo Centro Universitário Nove de Julho.

Como citar:

ALMEIDA, Eneida de; LIMA, Gêgela Santos Penarotti de. Contribuições para desconstrução de legados coloniais em museus paulistanos: novas práticas em acervos e em exposições temporárias no Museu de Arte de São Paulo (MASP) e Pinacoteca de São Paulo. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 20, n. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: pem.assis.unesp.br.